

CARTA DE DEMISSÃO DE CRAIG MOKHIBER, DIRETOR DO ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS EM NOVA YORK

Guerra na Palestina

Esta será a minha última comunicação oficial como Diretor do Escritório de Nova Iorque do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Escrevo-lhe num momento de grande angústia para o mundo, incluindo para muitos dos nossos colegas. Mais uma vez, testemunhamos um genocídio que se desenrola diante dos nossos olhos e a Organização que servimos parece impotente para o impedir. Como alguém que pesquisou os direitos humanos na Palestina desde a década de 1980, viveu em Gaza como conselheiro de direitos humanos da ONU na década de 1990 e realizou várias missões de direitos humanos no país antes e depois desses períodos, esta situação afeta-me pessoalmente.

Foi também nestes escritórios da ONU que trabalhei durante os genocídios contra os tutsis, os muçulmanos bósnios, os yazidis e os rohingyas. Em cada caso, à medida que a poeira assentava sobre os horrores perpetrados contra populações civis indefesas, tornou-se dolorosamente evidente que havíamos falhado no nosso dever de cumprir os imperativos de prevenir atrocidades em massa, proteger os vulneráveis e responsabilizar os perpetradores. O mesmo aconteceu com as sucessivas ondas de assassinatos e perseguições de palestinos ao longo da existência das Nações Unidas.

Alto Comissário, estamos a falhar mais uma vez.

Como advogado de direitos humanos com mais de trinta anos de experiência neste domínio, estou bem ciente de que o conceito de genocídio tem sido frequentemente sujeito a abusos políticos. Mas o atual massacre do povo palestino, enraizado numa ideologia colonial étnico-nacionalista, uma continuação de décadas de perseguição e limpeza sistemáticas, baseadas inteiramente no seu estatuto de árabes, e juntamente com declarações explícitas de intenções por parte do governo e dos líderes militares israelitas, não deixa espaço para dúvidas ou debates. Em Gaza, casas, escolas, igrejas, mesquitas e instalações médicas estão a ser atacadas desenfreadamente e milhares de civis estão a ser massacrados. Na Cisjordânia, incluindo Jerusalém ocupada, as casas são confiscadas e realocadas apenas com base na raça. Além disso, os violentos pogroms levados a cabo por colonos são acompanhados por unidades militares israelitas. O apartheid reina em todo o país.

Este é um caso clássico de genocídio. O projeto colonial europeu e étnico-nacionalista de colonização na Palestina entrou na sua fase final, rumo à destruição acelerada dos últimos vestígios da vida autóctone palestina na Palestina. Além do mais, os governos dos Estados Unidos, do Reino Unido e de grande parte da Europa são completamente cúmplices deste ataque horrível. Estes governos não só se recusam a cumprir as suas obrigações de "garantir o cumprimento" das Convenções de Genebra, como também montam ativamente a ofensiva, fornecem apoio económico, informações e encobrem política e diplomaticamente as atrocidades cometidas por Israel.

De acordo com tudo isto, os meios de comunicação social ocidentais, cada vez mais a mando dos governos, estão a violar completamente o Artigo 20 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, desumanizando implacavelmente os palestinos para justificar o genocídio, e espalhando propaganda de guerra e apelos ao ódio nacional ou racial, declarações religiosas que constituam incitamento à discriminação, hostilidade e violência. As empresas de redes sociais sediadas nos EUA abafam as vozes dos ativistas dos direitos humanos enquanto amplificam a propaganda pró-Israel. A polícia da Internet do lobby israelita e os GONGOS (organizações não governamentais apoiadas pelos governos) perseguem e difamam os defensores dos direitos humanos, e as universidades e empregadores ocidentais trabalham com eles para punir aqueles que ousam denunciar atrocidades. Na sequência deste genocídio, estes atores também serão responsabilizados, como foi o caso da rádio Milles Collines em Ruanda.

Em tais circunstâncias, a nossa organização é mais chamada do que nunca a agir de forma eficaz e baseada em princípios. Mas não estávamos à altura desse desafio. O poder protetor do Conselho de Segurança foi mais uma vez bloqueado pela intransigência dos Estados Unidos, o Secretário-Geral está a ser atacado de forma mesquinha pelos seus protestos, e os nossos mecanismos de direitos humanos estão a ser sujeitos a ataques caluniosos apoiados por uma rede organizada em linha que defende a impunidade.

Décadas de distração provocadas pelas promessas ilusórias e em grande parte decepcionantes de Oslo desviaram a Organização do seu dever essencial de proteger o direito internacional, os direitos humanos e a própria Carta. O mantra da “solução de dois Estados” tornou-se uma piada aberta nos corredores das Nações Unidas, tanto pela sua absoluta impossibilidade na prática como pelo seu total fracasso em ter em conta os direitos humanos inalienáveis do povo palestino. O chamado “Quarteto” nada mais é do que uma folha de parreira para a inação e submissão a um status quo brutal. A referência (escrita pelos Estados Unidos) aos “acordos entre as próprias partes” (em vez do direito internacional) sempre foi um óbvio truque de prestidigitação, destinado a fortalecer o poder de Israel contra os direitos dos palestinos ocupados e despossuídos.

Senhor Alto Comissário, juntei-me a esta Organização na década de 1980 porque encontrei uma instituição baseada em princípios e normas que estavam decididamente ao lado dos direitos humanos, mesmo quando os poderosos Estados Unidos, o Reino Unido e a Europa não o fizeram. Enquanto o meu próprio governo, as suas instituições subsidiárias e grande parte da comunicação social americana continuavam a apoiar ou a justificar o apartheid sul-africano, a opressão israelita e os esquadrões da morte centro-americanos, as Nações Unidas defendiam os povos oprimidos desses países. Tínhamos o direito internacional do nosso lado. Tínhamos os direitos humanos do nosso lado. Tínhamos princípios do nosso lado. Nossa autoridade estava enraizada em nossa integridade. Mas esse não é mais o caso.

Nas últimas décadas, os principais membros das Nações Unidas curvaram-se ao poder dos Estados Unidos e ao medo do lobby israelita, abandonando estes princípios e renunciando ao próprio direito internacional. Perdemos muito neste abandono, incluindo a nossa própria credibilidade global. Mas foi o povo palestino quem sofreu as maiores perdas devido aos nossos fracassos. Ironicamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adoptada no mesmo ano em que a Nakba foi perpetrada contra o povo palestino.

Ao comemorarmos o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, faríamos bem em abandonar o mito desgastado de que a DUDH nasceu das atrocidades que

a precederam e admitir que nasceu ao mesmo tempo que uma das os genocídios mais atrozes do século XX, o da destruição da Palestina. Num certo sentido, os autores da Declaração prometeram direitos humanos a todos, exceto ao povo palestino. Não esqueçamos também que as Nações Unidas cometeram o pecado original de facilitar a expropriação do povo palestino ao ratificar o projeto colonial europeu que se apoderou das terras palestinas e as entregou aos colonos. Temos muito pelo que nos desculpar.

Mas o caminho da expiação é claro. Temos muito a aprender com a posição de princípio tomada nos últimos dias em cidades de todo o mundo, onde milhões de pessoas se manifestam contra o genocídio, mesmo correndo o risco de serem espancadas e detidas. Os palestinos e os seus aliados, os ativistas dos direitos humanos de todos os matizes, as organizações cristãs e muçulmanas e as vozes judaicas progressistas que dizem "não em nosso nome" estão a liderar o caminho. Tudo o que temos que fazer é segui-los.

Ontem, a poucos quarteirões daqui, a Estação Grand Central de Nova Iorque foi completamente invadida por milhares de defensores dos direitos humanos judeus, que se solidarizaram com o povo palestino e exigiram o fim da tirania israelita (muitos dos quais correm o risco de serem presos). Ao fazê-lo, eliminaram num instante o argumento da propaganda hasbara israelita (e o velho clichê do antissemitismo) de que Israel representa de alguma forma o povo judeu. Este não é o caso. E, como tal, Israel é o único responsável pelos seus crimes. A este respeito, vale a pena repetir, apesar da calúnia do lobby israelita, que as críticas às violações dos direitos humanos cometidas por Israel não são antissemitas, tal como as críticas às violações sauditas não são islamofóbicas, as críticas às violações de Myanmar são anti-budistas, ou as críticas às violações indianas estupros são anti-hindus. Quando procuram silenciar-nos caluniando-nos, em vez de nos silenciar, devemos levantar a voz. Espero que concorde, Senhor Alto Comissário, que esta é a essência de falar a verdade ao poder.

Mas também encontro esperança em todos os membros das Nações Unidas que, apesar da enorme pressão, se recusaram a comprometer os princípios dos direitos humanos da Organização. Os nossos relatores especiais independentes, as comissões de inquérito e os peritos dos órgãos de tratados, bem como a maioria do nosso pessoal, continuaram a defender os direitos humanos do povo palestino, mesmo quando outros membros das Nações Unidas (incluindo o mais alto nível) têm vergonhosamente curvado-se diante dos poderosos. Como guardião dos padrões de direitos humanos, o ACNUDH tem o dever especial de assegurá-los. Nossa tarefa, acredito é fazer ouvir a nossa voz, desde o Secretário-Geral até ao último recruta da ONU e horizontalmente, em todo o sistema da ONU, insistindo que os direitos humanos do povo palestino não sejam debatidos, negociados ou comprometidos de forma alguma sob a bandeira azul.

Então, como seria uma posição baseada nos padrões da ONU? Em que estaríamos trabalhando se fôssemos fiéis às nossas exortações retóricas sobre os direitos humanos e a igualdade para todos, a responsabilização dos infratores, a reparação das vítimas, a proteção dos vulneráveis e o empoderamento dos detentores de direitos, tudo isso no âmbito do Estado de direito? A resposta, creio eu, é simples: se tivermos a lucidez de ver para além das cortinas de fumo da propaganda que distorcem a visão de justiça a que prestamos juramento, a coragem de abandonar o medo e a deferência para com Estados poderosos e a vontade de elevar a bandeira dos direitos humanos e da paz. É verdade que este é um projeto de longo prazo e um caminho íngreme. Mas devemos começar agora, para não nos rendermos a um horror indescritível. Vejo dez pontos-chave:

1. Ação legítima: Primeiro, nós, nas Nações Unidas, devemos abandonar o paradigma fracassado (e em grande parte falacioso) de Oslo, a sua solução ilusória de dois Estados, o seu "Quarteto" impotente e cúmplice, e a subversão do direito internacional aos ditames da sua suposta política. As nossas posições devem basear-se inequivocamente nos direitos humanos e no direito internacional.
2. Uma visão clara: Devemos parar de fingir que este é simplesmente um conflito territorial ou religioso entre duas partes opostas e admitir a realidade da situação, que é que um Estado com poder desproporcional está colonizando, perseguindo e expropriando uma população autóctone por causa de sua etnia.
3. Um Estado único baseado nos direitos humanos: Devemos apoiar o estabelecimento de um Estado único, democrático e secular em toda a Palestina histórica, com direitos iguais para cristãos, muçulmanos e judeus, e, consequentemente, o desmantelamento do projeto colonialista profundamente racista e o fim do apartheid em todo o território.
4. Luta contra o apartheid: Devemos redirecionar todos os esforços e recursos da ONU para a luta contra o apartheid, como fizemos com a África do Sul nas décadas de 1970, 1980 e início da década de 1990.
5. Retorno e compensação: Devemos reafirmar e insistir no direito ao retorno e à compensação total para todos os palestinos e suas famílias que vivem atualmente nos territórios ocupados, no Líbano, na Jordânia, na Síria e na diáspora em todo o mundo.
6. Verdade e justiça: Devemos exigir um processo de justiça transicional, que aproveite ao máximo as décadas de investigações, investigações e relatórios acumulados pela ONU, a fim de documentar a verdade e garantir a responsabilização de todos os criminosos, a compensação de todas as vítimas e reparação de injustiças documentadas.
7. Proteção: Devemos insistir no envio de uma força de proteção da ONU com bons recursos e um forte mandato para proteger os civis desde o rio até ao mar.
8. Desarmamento: Devemos defender a retirada e destruição dos enormes arsenais de armas nucleares, químicas e biológicas de Israel, evitando assim que o conflito conduza à destruição total da região e, quem sabe, mais além.
9. Mediação: Devemos reconhecer que os Estados Unidos e outras potências ocidentais não são mediadores credíveis, mas sim partes no conflito, que são cúmplices de Israel na violação dos direitos palestinos, e devemos confrontá-los como tal.
10. Solidariedade: Devemos abrir as nossas portas (e as do Secretariado-Geral) às legiões de defensores dos direitos humanos palestinos, israelitas, judeus, muçulmanos e cristãos que se solidarizam com o povo da Palestina e os seus direitos, e acabar com o descontrolado fluxo de lobistas israelenses para os escritórios dos líderes da ONU, onde defendem a continuação da guerra, perseguição, o apartheid e a impunidade, ao mesmo tempo que difamam os nossos defensores dos direitos humanos pela sua posição de princípio em relação aos direitos palestinos.

Levaremos anos para chegar lá, e as potências ocidentais lutarão contra nós a cada passo do caminho, por isso temos de ser firmes. Devemos trabalhar por um cessar-fogo imediato e pelo fim do cerco de Gaza, opor-nos à limpeza étnica de Gaza, de Jerusalém, da

Cisjordânia (e de outros lugares), documentar o ataque genocida a Gaza, ajudar a fornecer ajuda humanitária maciça aos palestinos e à reconstrução; cuidar dos nossos colegas traumatizados e das suas famílias e lutar com todas as nossas forças para garantir que a abordagem dos gabinetes políticos das Nações Unidas seja baseada em princípios.

O fracasso das Nações Unidas e na Palestina até agora não é motivo para desistirmos. Em vez disso, deveria encorajar-nos a abandonar o paradigma falhado do passado e a abraçar plenamente uma linha de ação mais baseada em princípios.

Como ACDH, juntemo-nos com ousadia e orgulho ao movimento anti-apartheid que está a crescer em todo o mundo, acrescentando o nosso logótipo à bandeira da igualdade e dos direitos humanos do povo palestino. O mundo está assistindo. Todos seremos responsabilizados pela nossa posição neste momento crucial da história. Vamos ficar do lado da justiça.

Obrigado, Alto Comissário Volker, por ouvir este último apelo do meu gabinete. Dentro de alguns dias deixarei o Escritório pela última vez, depois de mais de três décadas de serviço. Mas sinta-se à vontade para entrar em contato comigo se eu puder ser útil no futuro.

Por favor, aceite, Senhor Presidente, a expressão das minhas ilustres saudações,

Craig Mokhiber.